

INFORMES DA REUNIÃO DO SETOR DAS IEES/IDES/IMES (20 E 21/04)

1. PLANO DE LUTAS DAS IEES DO PARANÁ

As sete universidades públicas estaduais paranaenses têm estabelecido as suas pautas prioritárias de luta para 2024, via Comando Sindical Docente (CSD) - coletivo que reúne as seis seções sindicais do ANDES-SN (ADUNIOESTE, ADUNICENTRO, SINDIPROL/ADUEL, SESDUEM, SINDUEPG, SINDUNESPAR). Deste modo, a campanha salarial inicia pela cobrança do cumprimento do reajuste anual dos salários que se consagra na lei da data base que, no Paraná, tem como referência 1º de maio. Há mais de 8 anos o estado não zera a dívida da data base com os servidores públicos, alcançando em maio deste ano uma defasagem salarial de 39%. Esta luta se faz também com os demais servidores do estado via participação no Fórum Estadual Sindical (FES). Simultaneamente, temos reforçada a luta e enfrentamento contra a Lei Geral das Universidade (LGU), uma lei que ataca a autonomia universitária, impõe quebra da isonomia e intensifica a precarização das condições do trabalho docente, sobretudo dos docentes com contratos temporários. Na perspectiva da luta pela recomposição salarial, destacamos a defesa da melhoria e valorização da carreira docente e a defesa intransigente de ingresso na carreira via concurso público.

Sobre a situação dos docentes contratados temporariamente a partir do formato CRES (contratos em regime especial), os sindicatos avançam no diagnóstico: das divergências em suas atividades de trabalho, como distribuição da carga horária em sala de aula e demais atribuições, do respeito a duração dos contratos até o seu limite, dos diversos assédios. O propósito que norteia tais diagnósticos é o respeito à isonomia entre as pessoas docentes, independente da forma de contratação.

2. SINDFAMES

Seguem os informes da situação do Sindicato dos Docentes da Faculdade de Música do Espírito Santo (SindFames):

1) A direção geral da FAMES não é eleita pela comunidade acadêmica. É indicação do governador do Estado. Nossa demanda é por eleição direta, e que os candidatos sejam professores/as da Fames);

2) A maioria dos funcionários dos setores administrativos da Fames é composta por cargos comissionados, indicados pela direção e governador. Nossa demanda é pela convocação dos candidatos aprovados no concurso público vigente para os quadros administrativos da Fames;

3) Atualmente somos compostos por 03 categorias de professores: Professor de práticas e atividades culturais, não podem atuar nos cursos de graduação (cargo em vacância); Professor Auxiliar, atuam na graduação e cursos livres de extensão (cargo em vacância); Professor Assistente, Adjunto e Titular, atuam na graduação e cursos livres de extensão (cargos criados pela Lei 714/2013)

4) Não temos plano de carreira, uma proposta foi submetida em 2022, mas não foi apreciada pela Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (SEGER).

5) Não temos direito à retribuição por titulação. As carreiras docentes na FAMES seguem parâmetros de carreiras catedráticas, sem promoção de carreira;

6) O Conselho Superior está previsto na Lei Complementar 304/2004 e no Regimento Interno da Fames, aprovado em 2017 pelo Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo;

7) O Governador tem estimulado o crescimento da oferta de curso à distância, com oferta e distribuição de bolsas de tutores EAD, através da Universidade Aberta Capixaba (UNAC);

8) O orçamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional do Estado (SECTI) prioriza o financiamento do Ensino à Distância, inclusive nas UFs e IFs do Estado;

9) Realizamos registro diário de ponto, que não pode ultrapassar 40h semanais. Não está previsto Dedicção Exclusiva para os docentes do Ensino Superior;

10) Em Assembleia com a base, votamos a mobilização por salário base definido a partir do piso salarial de professores, definido pelo MEC, inclusão da Retribuição por Titulação para especialização, mestrado e doutorado, independente da nomenclatura dos cargos, e Dedicção Exclusiva, para garantir as atividades docentes de Ensino, Pesquisa e Extensão, prevista no Regimento Interno e na Lei complementar 304/2004 e 714/2013.

3. ASDUERJ

1. Fosperj e conjuntura singular do RJ: estamos dominados por milícias, crime organizado contravenção na Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro. O estado do Rio é um reduto bolsonarista (70% do estado votou em Bolsonaro), a legislatura atual é muito conservadora, e isso dificulta a luta por agendas do funcionalismo público de maneira geral. Por isso a importância de um Fórum que aglutine as diferentes categorias de servidores públicos, o Fosperj, que tem representado, com muitas dificuldades e contradições, a luta unificada dos servidores;

2. Movimento Unificado dos servidores públicos do poder executivo pela recomposição: construindo unidade de ação pela recomposição salarial.

Periodização da crise fabricada pelos últimos governos:

- 2001/2015 - Quase 15 anos sem reajuste ou recomposição;
- 2016/2017 - Crises, decreto de calamidade pública e implementação do primeiro regime de recuperação fiscal (2017). Agenda regressiva dos servidores, quebra de isonomia no pagamento dos poderes, blindagem na assembleia legislativa e avanço da agenda de retirada de direitos dos servidores públicos do estado do Rio;
- 2017/2024 - Aprofundamento das contrarreformas que vem desestruturando os serviços públicos na capital Fluminense, perda paulatina de direitos e achatamento salarial;

3. Articulações entre bancadas de deputados estaduais e federais; situação complicada na Alerj e reunião ordinária com parlamentares do campo progressista na Alerj, visando articulações com Brasília e sensibilização da equipe econômica do governo federal dada a situação calamitosa do estado do Rio e do conjunto dos servidores, principalmente aqueles que ficaram sem receber as parcelas da recomposição (categorias do poder executivo);

4. Debate fiscal (Arcabouço Fiscal e contingenciamento), Brasília e sensibilização da equipe econômica do governo Lula; há espaço para inserção dos servidores no debate acerca das saídas que podem ser construídas como alternativas ao que está dado? O Andes faz o trabalho de aproximação e aglutinação dos servidores nestes fóruns e agendas?

5. Fórum dos segmentos da educação pública do RJ: unidade de ação do campo classista, visando aglutinação dos estudantes, técnicos-administrativos, docentes e trabalhadores e trabalhadoras terceirizados/as. Trazer estudantes de volta para as ruas após ciclos da pandemia e Bolsonaro.

Pesquisa sobre perdas salariais (parceria entre GT verbas e Regional Andes-RJ) e combate ao achatamento dos salários e direitos;

6. Fórum das estaduais (Asduerj, Aduenf, Faetec e Adopead) tem produzido atividades importantes sobre financiamento e orçamento das universidades públicas. O referido fórum vem consolidando a unidade dos segmentos estaduais da educação de nível superior. Teremos uma reunião dia 6/5, na Unirio, com debate sobre orçamento;

7. Evento no Clube Municipal, a ser realizado no dia 16/5. Próximos passos do movimento, agenda e compromissos:

- i) Questão fiscal e situação das finanças públicas do Rio;
- ii) Regimes de recuperação fiscal, exclusão dos servidores do debate e agenda regressiva que estabelece a retirada de direitos sem negociação;
- iii) Diagnósticos precisos e com alternativas a suposta crise das finanças do estado do Rio por parte dos servidores;
- iv) Apresentação das propostas dos servidores públicos, dos deputados, artistas e intelectuais e especialistas que apoiam os servidores;
- v) Estabelecimento de compromissos e agendas por parte dos deputados (estaduais e federais) com os servidores públicos do estado do Rio;
- vi) Delineamento das novas estratégias de luta e elaboração de um documento bem fundamentado como fruto do evento em questão.
 - Crítica ao Arcabouço Fiscal;
 - Inserção no debate sobre disputa pelos fundos públicos da educação;
 - Apresentação de alternativas para situação das finanças públicas do Rio;
 - Desnudamento da concentração de recursos na União em detrimento de estados e municípios;

- Ressaltar a importância de repactuação do Pacto federativo.

4. INFORME DAS ESTADUAIS DO ESTADO DA BAHIA

Em reunião entre o Fórum das Associações Docentes -FAD e o Governo da Bahia no último dia 16 de abril de 2024, o governo da Bahia apresentou à categoria uma proposta de reajuste salarial e de aumento do auxílio-alimentação.

A proposta surge da pressão do movimento docente que tem a pauta salarial como ponto central de luta, por conta das perdas de quase 50% acumuladas nos últimos nove anos. Ainda assim a proposição é de somente 6,97%, dividido em duas parcelas, sendo a primeira e maio, de 2%, e a segunda em setembro, também de 2%, somados a uma complementação de 2,67, sem retroativo. O aumento no auxílio alimentação é de R\$ 8,00 reais na diária, que passará de R\$12 para R\$20, alterando o valor mensal para R\$ 440,00. Destaca-se que também em função da pressão do movimento docente o Governo assumiu o compromisso de publicar as solicitações de mudança de regime de trabalho para o regime de Dedicção Exclusiva que estavam represadas desde o ano de 2015 seja na via administrativa ou judicial.

É a primeira vez em anos que a categoria é recebida pela secretária de educação. O encontro acontece após uma reunião com o Fórum de Reitores/as em que o movimento evidenciou a iminência de uma greve.

Dentre as mobilizações que vem ocorrendo, junto ao Fórum Baiano em Defesa do Serviço Público foi realizada uma paralisação do funcionalismo público no dia 18 de abril. Todas as Universidades tiveram as atividades paralisadas nesta data. Em comum com a pauta de outras/os servidoras/es, o reajuste salarial e melhorias no Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais - Planserv.

Na próxima terça-feira, 23 de abril, haverá mais uma reunião com o governo para que apresente a metodologia para novas concessões do regime de Dedicção Exclusiva para categoria. Após essa reunião, o FAD irá se reunir para sugerir os encaminhamentos que serão debatidos nas assembleias docentes das quatro universidades estaduais que irão avaliar a proposta do governo. As respectivas assembleias ocorrerão no período de 24 a 30 de abril.

Nas Universidades Estaduais da Bahia (Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Universidade Estadual de Santa Cruz e Universidade do Estado da Bahia - UNEB), a insatisfação da categoria é evidente diante das perdas e do sucateamento das instituições que aumentam a precarização das relações trabalhistas.

5. ADUENF

1. Campanha para mobilização da base com relação aos esforços para cobrança do reajuste acordado e não cumprido;
2. Luta pela aprovação do PCV que está paralisado;
3. Esforços para exigência do cumprimento de direitos básicos dos docentes: melhorias das condições como perícias nos locais de trabalho e implementação das progressões travadas.